

DE ORIGINAL A NUTELLA: A CONSTRUÇÃO DE MARCAS IDENTITÁRIAS E ESTIGMATIZAÇÃO SOBRE UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS¹

FROM ORIGINAL TO NUTELLA: THE CONSTRUCTION OF IDENTITYMARKS AND STIGMATIZATION OF INDIGENOUS UNIVERSITY STUDENTS

Viviane Braz NOGUEIRA
(Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT)
viviannebraznogueira@gmail.com

RESUMO: Por meio do binômio “Original” a “Nutella”, este trabalho analisa excertos de três entrevistas, conduzidas com estudantes indígenas ingressantes, entre os anos de 2014 e 2016, em uma universidade pública localizada no sul do Estado do Amazonas, sobre os estigmas (GOFFMAN, 2017) e o significado da expressão “índios originais” (NASCIMENTO, 2018), ambos criados por não índios, examinando as marcas identitárias (MOITA LOPES, 2006; 2003) construídas sobre os estudantes indígenas. Os resultados da análise apontam para a insistência de estigmas e de marcas identitárias que continuam a difundir certas demarcações e, conseqüentemente, segregações em relação aos povos indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: indígenas; índio raiz; estigmas; identidade social

ABSTRACT: *Through the binomial "Original to "Nutella", this paper analyzes excerpts from three interviews, conducted with indigenous students entering the university between 2014 and 2016, at a public university located in southern Amazonas, on the stigmas (GOFFMAN, 2017) and the meaning of the expression "original Indians" (NASCIMENTO, 2018), both created by non-Indians, examining the identity marks (MOITA LOPES, 2006, 2003) built on indigenous students. The results of the analysis point to the insistence of stigmas and identity marks that continue to disseminate certain demarcations and, consequently, segregations towards indigenous populations.*

KEYWORDS: *indigenous; original Indian; stigmas; social identity.*

¹Este artigo é um desdobramento da pesquisa de doutoramento da autora, sob orientação do prof. Dr Fernando Zolin-Vesz, em processo de desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

0. Introdução

No cenário educacional brasileiro atual é crescente a presença de indígenas no ensino superior. Embora esse direito seja denegado por muitos, os indígenas buscam dentro das academias legitimar sua identidade étnica e combater estigmas e estereótipos criados por não indígenas. Para tanto, é preciso ampliar os campos de debate sobre a identidade étnica indígena com o intuito de combater estigmas nas universidades brasileiras.

Partindo dessa conjuntura, a análise desse artigo parte de um episódio ocorrido em dezembro de 2013, com o assassinato de três homens em terras indígenas da etnia Tenharim, em um município localizado ao sul do Estado do Amazonas, que desencadeou sérios conflitos e impasses entre indígenas e não indígenas na região. A inércia durante a investigação dos assassinatos funcionou como um rastilho de pólvora que levou a população local a incendiar prédios, carros, barcos e postos indígenas. Após os corpos terem sido encontrados, cinco indígenas da referida etnia foram presos como suspeitos dos assassinatos. Esse incidente, brevemente narrado, condenou antecipadamente ao isolamento e à estigmatização todas as etnias localizadas na região, uma vez que, para a própria segurança, os indígenas deixaram de frequentar a cidade: muitos estudantes universitários indígenas foram transferidos para outras instituições de ensino superior ou simplesmente abandonaram a universidade.

A posteriori, os indígenas começaram a retornar às instituições de ensino da supracitada região. No entanto, o ambiente acadêmico, na maioria das vezes, continuou a mostrar-se hostil aos índios, estigmatizando-os e segregando-os. Embora reconheçamos que a estigmatização indígena remete ao período colonial – tanto pelo colonizador, na tentativa de tornar os indígenas mão-de-obra escrava, quanto pela Igreja Católica, que pregava a conversão ao cristianismo como forma de torná-los mais “dóceis” (SCHWARCZ, 2001) –, os estigmas vêm sendo propagados por sujeitos sociais diversos em diferentes momentos históricos.

Por esse ângulo, este trabalho busca analisar a construção das marcas identitárias de universitários indígenas e dos estigmas criados por não índios por meio da análise de excertos de três entrevistas, conduzidas com estudantes indígenas ingressantes, entre os anos de 2014 a 2016, em uma universidade pública localizada na região do episódio acima narrado. Nesse contexto, parte-se do ponto de vista de que este artigo se insere na perspectiva da Linguística Aplicada, uma vez que acreditamos na LA como uma ciência social, indisciplinar, mestiça e nômade que compreende a sociedade contemporânea, isto é, considera os indivíduos

em seu contexto sócio histórico e cultural, uma vez que possibilita a criação de uma agenda antihegemônica da produção do saber (MOITA LOPES, 2006). Antes, porém, de enveredarmos por tal análise, expandimos a discussão acerca da relação entre práticas identitárias e estigmas com o intuito de ampliar o debate aqui proposto.

1. Práticas identitárias, diferenças e estigmas

Questões relacionadas a identidade tem despertado o interesse de muitos estudiosos nas mais diversas áreas do conhecimento. Nota-se assim, que esses estudos se voltam para um novo olhar, no qual a identidade permeia as relações sociais dos indivíduos. Assim, nesta nova visão as práticas identitárias estão em construção, em processo de formação nas interações sociais. Nesse sentido, parte-se do princípio que o conceito de identidade tem sido construído regularmente como base nas práticas sociais às quais os sujeitos são expostos diariamente, já que Woodward (2014) assinala que “toda prática social é simbolicamente marcada. As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas, quanto nos sistemas simbólicos por meio das quais damos sentidos as nossas próprias posições” (WOODWARD, 2014:33)

Por esse ponto de vista, as identidades são construídas ao longo da vida dos indivíduos por meio de mudanças estruturais fornecidas pela “história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 2002:23), que são processados pelos setores sociais, que remodelam seu significado em função de tendências socioculturais consolidadas em sua estrutura social, assim como em sua visão de tempo e espaço (CASTELLS, 2002), permitindo que o sujeito pertença a grupos diferentes e crie novas e diversas identidades.

Deste modo, a identidade faz referências também aos posicionamentos do indivíduo em relação ao grupo social a que pertence, assim como as diferentes demarcações dos membros deste determinado grupo, uma vez que todos são expostos de diversas maneiras a situações que irão interferir no modo de pensar e agir das pessoas, ou seja, nossas identidades estão sendo construídas, desconstruídas e reconstruídas a todo momento, estão sempre em processo de transformação. Bauman ressalta que,

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio

indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. Em outras palavras, a ideia de ‘ter uma identidade’ não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada”. (BAUMAN, 2005:17-18)

Assim, o conceito de identidade tem sido recorrentemente definido como práticas sociais que tanto nos definem quanto demarcam o modo como vemos as diferenças. Para autores como Moita Lopes (2003), as identidades – sempre plurais – “[...] emergem na interação entre os indivíduos agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionados” (MOITA LOPES, 2003:8). Por esse viés, as identidades são sociais, ou seja, fragmentadas, multifacetadas, efêmeras e caracterizadas principalmente por sua pluralidade (MOITA LOPES, 2003), além de compreendidas como um feixe de marcas/demarcações que edificam as diferenças.

Segundo Silva (2014) durante o processo de significação de identidade estaria subentendido a definição de diferença, ou seja, esses conceitos seriam interdependentes, e por isso, suas relações seriam responsáveis pela construção comparativa da identidade individual e pela localização do sujeito em um determinado grupo. Assim, identidade e diferença estão intimamente ligadas às determinações das construções sociais. Conforme Silva (2014),

a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (SILVA, 2014:81)

Portanto, para o autor, como identidade e diferença são conceitos interdependentes, a diferença é responsável pela hierarquização, categorização e valoração dos sujeitos, estabelecendo posições de poder, isto é, a diferença desempenha o papel de um sistema de classificação que permite a construção de fronteiras simbólicas, por meio da inclusão ou da exclusão dos processos identitários (WOODWARD, 2014). Esse dimensionamento leva os sujeitos a serem considerados “diferentes” ou “anormais”, produzindo, assim, as diferenças e, conseqüentemente, os estigmas.

Goffman (2017) observa que a identidade social ajuda na disseminação da identidade estigmatizada, uma vez que, como

destacamos acima, a compreensão da identidade está atrelada à compreensão da diferença: as sociedades estabelecem modelos e categorias que classificam os sujeitos de acordo com seus atributos e qualidades avaliados como “normais” e/ou “adequados”.

Nesse sentido, fica evidente que a diferença tem características notadamente sociais, isto é, “a diferença, em si, deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceptualizada pela sociedade como um todo” (GOFFMAN, 2017:134). Apesar dessa constatação, o referido autor atenta que “não é para o diferente que se deve olhar na busca da compreensão da diferença, mas sim para o comum” (GOFFMAN, 2017:138).

Observa-se ainda que o ambiente social é o responsável por estabelecer os meios de categorização e o número de atributos que serão considerados como normais, comuns e naturais para os membros de cada uma das categorias. Nesta perspectiva, são os ambientes sociais que deixam rastros sobre a identidade dos tipos de indivíduos que nele se agrupam. Afinal, quando um sujeito é apresentado ao outro, os seus aspectos vistos em primeira mão irão permitir a previsão das suas categorias e os seus atributos. Esta previsão será denominada identidade social (GOFFMAN, 2017).

Nessa conjuntura, sujeitos estigmatizados, quando interagem com os indivíduos declarados “normais”, passam por um processo de rejeição, desprezo, desaprovação e desvalorização, uma vez que características negativas geram a intolerância e a incompreensão dos demais grupos e reduz a oportunidade das pessoas que sofrem com os estigmas. Nesse cenário, o estigmatizado acaba isolado do grupo social e passa a ser um sujeito considerado incompleto (GOFFMAN, 2017).

Observa-se também que o estigmatizado se sente diferente daqueles que consideramos normais e acredita ser inferior aos demais indivíduos que pertencem ao mesmo grupo social que ele convive, achando-se diminuído e desacreditado, pois o desprezo recebido pode causar sentimentos de incapacidade, de fracasso, medo, menosprezo, ansiedade, entre outros. Conforme Goffman (2017), esses predicativos são fontes de representações sociais negativas que são construídas na formação social. À vista disso, as representações estão fundamentadas em padrões sociais de exclusão que caracteriza a deficiência como sendo o componente marcante da identidade das pessoas.

Dentro desta perspectiva, no que se refere aos indígenas percebe-se que desde a colonização o índio foi assujeitado, primeiro pela igreja católica que pregava sua conversão ao cristianismo, depois pelo colonizador que o desejava como mão de obra escrava e barata. Para que isso acontecesse foi crucial usar a violência, foi necessário “[...] inventar o Outro como sendo o bárbaro, o primitivo, o selvagem e atrasado em

relação à experiência moderna” (NASCIMENTO, 2018:1415), sendo assim, após séculos de aculturação, não é difícil constatar que a rejeição e os estigmas contra os indígenas vêm se perpetuando há muito tempo, sendo propagado em diferentes momentos históricos, por diferentes sujeitos sociais.

No entanto, os índios são pessoas que não pertencem as sociedades do passado, mas sim, aos povos de hoje, e simbolizam uma parcela expressiva da população brasileira que possui territórios, diversidade cultural, conhecimentos e valores que colaboraram de forma significativa na construção da nação brasileira (BANIWA, 2006).

Faz-se necessário, então, reconhecer a existência de diferenças sociais, culturais e principalmente as diferenças étnicas. Entretanto, verifica-se que a aversão por alguns grupos sociais, como por exemplo, os indígenas. Diante dessa alegação, um mundo que se considera como moderno e civilizado não deveria aceitar conviver com a ausência de democracia cultural, política e principalmente racial (BANIWA, 2006).

Apesar disso, a história brasileira foi sempre repassada da perspectiva do dominador. E a dominação na América vista como uma etapa gloriosa, e assim veio a chegada, a conquista e a soberania do europeu, tudo realizado em nome do processo de desenvolvimento da América (ALVES, 2004). Nesse contexto, os índios foram massacrados pelas armas ou por causas das doenças alastradas pelos invasores, além disso veio a escravidão e a resistência por parte dos indígenas que gerou os estigmas de bárbaro, preguiçosos e indolentes.

Nesse caso, os estigmas apresentam-se a partir do momento da desconstrução da identidade indígena, que considera como 'índio original' apenas aqueles que possuem a imagem cristalizada pelo colonizador, ou seja, o selvagem, que anda nu e vive na floresta. Cadena e Starn ressaltam que,

Por un lado, quienes se visten con plumas, se pintan el rostro, lucen trajes nativos o, por lo demás, abrazan públicamente sus tradiciones, corren el riesgo de autopositionarse em los extremos semânticos del primitivismo exótico, lo que Ramos (1998) denomina el "indiohiperreal". De otro lado, quienes no parecen satisfacerlas expectativas del estereotipo de "plumas y cuentas" se hallan con frecuencia estigmatizados como "media sangre", "asimilados" o inclusive impostores [...] (CADENA; STARN, 2010:17)²

²Por um lado, aqueles que usam penas, pintam o rosto, vestem trajes nativos ou, por acaso, abraçam publicamente suas tradições, correm o risco de se auto-posicionar nos extremos semânticos do primitivismo exótico, o que Ramos (1998) chama de "Índio hiperreal". Por outro lado, aqueles que parecem não atender às expectativas do estereótipo de "penas e miçangas" são frequentemente estigmatizados como "mestiços", "assimilados" ou até impostores [...] (CADENA; STARN, 2010:17, tradução nossa).

Essas noções equivocadas sobre o que é ser "índio original" mostram que a identidade indígena foi construída com base nas crenças propagadas pelo colonizador, ou seja, mostram que a identidade do índio raiz e/ou original ultrapassam o estereótipo romântico, do nativo que habita as matas, anda nu e se comunica em uma língua exótica. O fato dos índios brasileiros apresentarem aspectos físicos semelhantes, que os diferenciam dos não índios, não denota que estes sejam um grupo homogêneo, mas sim o oposto, pois de acordo com dados do Instituto Socioambiental do IBGE, os indígenas são compostos por cerca de 240 etnias que possuem suas tradições e línguas próprias (GUARANY, 2006). Sobre ser "índio original" a referida autora faz a seguinte reflexão: "Este não vive mais nas matas, ou não fala a língua indígena, ou usa objetos da sociedade envolvente, portanto, deixou de ser índio. Como se fosse um estágio provisório ser índio!" (GUARANY, 2006:155). Nesse mesmo aspecto, autores como Cadena e Starn evidenciam que,

Todo este activismo no deshiolao posición entre lo "primitivo" y lo "civilizado", que siguiósiendo crucial enel intrincado campo de significados, prácticas y políticas de la indigeneidad. Por el cont rario, en ocasiones estão posición fue adoptada por los propios líderes indígenas. Consecuentemente, gramáticas de contrastes análogos han continuado vinculando la indigeneidadconel atraso, laruralidad y el analfabetismo, ubicándola em oposición a lamodernidad, laurbanización y el alfabetismo, las metas deseadas de desarrollo y progreso. (CADENA; STARN, 2010:15)³

Por esse ângulo, é imprescindível reconhecer que todos os movimentos indígenas, como falar português, reivindicar seus direitos, participar ativamente da política, aprendendo todos os mecanismos de como funciona a sociedade não indígena não significa que este deixará de ser índio, mas ao contrário, na verdade, representa a possibilidade de agir, sobreviver e participar da sociedade como cidadão que pleiteia seus direitos e cumpre com seus deveres. Nesse caso específico, é o próprio indígena que não permite mais que os sujeitos participantes dessa sociedade propaguem estereótipos estigmatizadores e/ou façam distinção ou entre índio e não-índio (ALMEIDA, 2010).

O estigma, portanto, é um rótulo que depende fundamentalmente das relações sociais. Desse modo, "um grupo [social] só pode

³*Todo esse ativismo não desfez a oposição entre o "primitivo" e o "civilizado", que seguiu sendo crucial no intrincado campo de significados, práticas e políticas da indigeneidade. Pelo contrário, algumas vezes essa oposição foi adotada pelos próprios líderes indígenas. Consequentemente, estruturas de contrastes similares continuaram a vincular indigeneidade com atraso, ruralidade e analfabetismo, colocando-a em oposição à modernidade, urbanização e alfabetização, os objetivos desejados do desenvolvimento e do progresso (CADENA; STARN, 2010:15, tradução nossa).*

estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS, 2005:23). Assim, estigmas, tais como “selvagens” e “não civilizados”, os quais precisavam ser educados na fé cristã, são, antes de tudo, demarcações construídas por não índios que contribuíram decisivamente para a constituição das marcas identitárias dos índios brasileiros desde, ao menos, o período colonial (SCHWARCZ, 2001). Esses estigmas parecem estar enraizados nas mais diversas esferas sociais, a exemplo da universidade pública brasileira, contexto em que esta pesquisa foi desenvolvida, traduzindo a demarcação identitária de inferioridade atribuída aos indígenas por não índios, conforme pode ser observado nos excertos das entrevistas que passamos a analisar.

2. Procedimentos metodológicos

O procedimento metodológico utilizado foi uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo. Segundo Denzin; Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa “[...] é um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contra disciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas” (DENZIN; LINCOLN, 2006:21).

No olhar de Denzin; Lincoln (2006:34) as pesquisas qualitativas interpretativas são “guiadas por um conjunto de crenças e de sentimentos em relação ao mundo e ao modo como este deveria ser compreendido e estudado”. Os supracitados autores ilustram ainda que este tipo de pesquisa privilegia o estudo de caso, a entrevista, a investigação participativa, os métodos visuais, a observação participante e a análise interpretativa. (DENZIN & LINCOLN, 2006). Nesta perspectiva, o caráter da pesquisa qualitativa interpretativa compreende a importância dos depoimentos dos agentes envolvidos, já que os pesquisadores tentam entender os fenômenos dos discursos, os significados e as informações transmitidas por eles. (DENZIN & LINCOLN, 2006)

Dessa forma, para a geração dos dados que ora analisamos, foram conduzidas três entrevistas com estudantes indígenas das etnias Apurinã, Piratapuya, Puyanawa ingressantes na referida universidade, localizada ao sul do Estado do Amazonas nos cursos de Engenharia Ambiental, Letras e Pedagogia entre os anos de 2014 e 2016. Todos os informantes aceitaram participar desta pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que autoriza a análise dos dados gerados. Assim, examinamos cinco excertos das entrevistas com o propósito de identificar os estigmas e as marcas identitárias – construídos por estudantes não índios – que os estudantes indígenas observam após o retorno à universidade em virtude do afastamento provocado pelo conflito brevemente descrito anteriormente.

3. Os estigmas e as marcas identitárias sobre os estudantes indígenas na universidade

Ao analisar a realidade sócio-histórico-cultural brasileira atentamos que povos indígenas sempre se fizeram presentes, seja na luta por seus direitos, seja no combate aos invasores de suas terras, seja na tentativa de que suas identidades social, cultural e étnica sejam reconhecidas e mantidas, ao mesmo tempo que evoluem com as mudanças sociais. Assim, o foco desta análise centra-se na (re)construção das marcas identitárias dos indígenas e na identificação dos estigmas a partir da visão dos entrevistados.

O primeiro excerto parece confirmar as visões estigmatizadas que os alunos não índios possuem em relação às populações indígenas: a expressão "índio Nutella", originada do suposto "favorecimento" aos estudantes indígenas, por meio de bolsas-auxílio para a permanência na universidade, prefigura essas visões, apesar de que essas políticas de ações afirmativas sejam uma tentativa de modificar a exclusão de alunos cotistas.

Excerto 1:

Daí o povo fica tipo chamando a gente de índio Nutella pelo fato de que a gente recebe os auxílios e que a gente deveria voltar para o lugar da onde a gente veio, algumas coisas assim. (E1)

A expressão "índio Nutella" parece-nos exemplar aqui para sintetizar o conjunto de estigmas e marcas identitárias que os estudantes não índios lançam mão para (des)qualificar os indígenas. A adjetivação "Nutella" se refere à conhecida marca de creme de avelã e se tornou um meme da internet de grande popularidade nas redes sociais. Empregada aqui como sinônimo da modernidade e da era industrial-tecnológica, opõe-se ao termo "raiz", que alude, conforme a comparação proposta pelo meme, ao tradicional, àquilo que deve ser exaltado. Por esse ângulo, um "índio raiz" e/ou "índio original" diz respeito a um suposto "indígena ideal/tradicional", conforme os modelos definidos previamente por grupos sociais, que se denominam não indígenas e encontram-se confortavelmente instalados em determinadas posições de poder que lhes garantem ou, ao menos, permitem que se sintam autorizados a criar rótulos em relação a certos grupos sociais. Essa visão reducionista proporcionada pela expressão "índio raiz" e/ou "índio original" sugere-nos a retomada das marcas identitárias herdadas do período colonial, como o selvagem que vive em aldeias no meio da floresta: a afirmação constante

no excerto de que “a gente [os indígenas] deveria voltar para o lugar da onde a gente veio” parece-nos materializar a manutenção desse estigma.

De igual modo, a expressão “índio Nutella” parece-nos percorrer o mesmo transcurso reducionista, ou seja, (des)qualificar a presença de estudantes indígenas na universidade, uma vez que ali não seria seu lugar de pertencimento, principalmente por receber auxílio financeiro para sua permanência. Novamente, observa-se a perpetuação do estigma do espaço simbólico a que os indígenas pertencem – certamente, esse espaço, para os não índios, não condiz com a universidade, tampouco com qualquer tipo de auxílio financeiro que possam receber, mas “ao lugar de onde tradicionalmente vêm”, à “raiz” da identidade indígena (aqui intencionalmente empregada no singular). Como afirmamos anteriormente, a sociedade não indígena acredita possuir os pré-requisitos para estabelecer as demarcações sobre como o índio deve ser e estar no mundo, o que reforça determinadas concepções estigmatizadas sobre os indígenas.

O segundo excerto nos mostra que mesmo centenas de anos após as invasões e massacres das tribos indígenas, os estigmas disseminados pelos dominadores e que se juntam aos estigmas atuais, como a designação “índio nutella”, persistem ainda hoje, na tentativa de silenciar as vozes indígenas.

Excerto 2:

Porque dentro da Universidade o povo fala que o índio é brabo, que a gente é preguiçoso, que a gente não gosta de trabalhar. (E1)

Observa-se que a idealização do índio ainda faz parte do imaginário da sociedade brasileira que nada retrata a realidade atual dos povos indígenas. Estas construções distorcidas mostram um indígena ainda mais estigmatizado, pois ao considerar o índio como “brabo” e “preguiçoso” fica evidente que a tentativa de inferiorização e estigmatização do indígena vem se perpetuando ao longo da história brasileira. O sentimento de superioridade do não indígena coloca o índio em posição de desvantagem, subalternidade e exclusão, ideias essas impostas pelo dominador no período colonial, sendo marcadas mais uma vez pelas relações de poder.

Assim, a inferiorização do índio favorece a propagação de visões deturpadas na contemporaneidade de que o indígena é visto como o objeto a ser extinto das universidades e/ou escolas, já que eles são muito favorecidos pelas políticas públicas de assistência social de entidades governamentais e não governamentais, isto é, todos os direitos adquiridos são totalmente desvalorizados e ao mesmo tempo os não

Índios legitimam a violência física e psicológica e mantem representações sociais negativas dos povos indígenas.

Ao mesmo tempo que o não-índio estigmatiza o indígena, percebe-se que os índios buscam meios de luta e resistência para afirmação de sua identidade étnica, e de legitimação dos seus direitos e deveres, mostrando que mesmo após a aquisição da cultura não-indígena, isto não os impede de continuarem sendo índios. Sob esse olhar, faz-se necessário desfazer os estigmas criados pelo colonizador, refletir sobre o respeito as diferenças e mostrar o quanto é importante a troca de conhecimentos sobre as mais diferentes culturas e etnias, principalmente no âmbito universitário, que deveria ser um dos espaços mais propícios para a constituição da autonomia e alteridade indígena.

O terceiro excerto mostra a grande dificuldade dos indígenas assumirem sua identidade étnica, preferindo algumas vezes o silenciamento como forma de evitar os estigmas, no entanto, também há aqueles, como a entrevistada E1, já consegue assumir a alteridade da identidade indígena.

Excerto 3

"E hoje eu já tenho tem mais facilidade pra falar sobre minha etnia, né, pra falar que eu sou sim indígena. E eu vejo que alguns dos meus amigos têm dificuldade em falar ainda, pelo fato de que querendo ou não a gente sofre um certo preconceito". (E1)

Diante da problemática, nota-se que muitos acadêmicos indígenas preferem silenciar ou ainda optam pela invisibilidade como forma de evitar o estranhamento e o processo de exclusão por parte dos não indígenas. Sentindo-se excluídos socialmente, a entrevistada E1 ressalta a dificuldade de se identificar como sujeito indígena, principalmente se levarmos em consideração o contexto sócio histórico da região sul do estado do Amazonas, e principalmente o lamentável fato de 2014. Em sua resposta a E1 afirma que *"E eu vejo que alguns dos meus amigos têm dificuldade em falar ainda, pelo fato de que querendo ou não a gente sofre um certo preconceito"*. Nesse cenário, verifica-se que os estigmas são um dos principais motivos de abandono dos índios das universidades, causando danos irreparáveis às vítimas.

Dentro desse contexto, o desrespeito pelos índios gera a repulsa e o desprezo e torna a academia um ambiente hostil entre os sujeitos em foco. Dessa forma, os alunos que resistem preferem não se identificar na tentativa de não sofrerem nenhum tipo de exclusão ou repulsa por parte dos universitários não índios. Nesse seguimento apesar de alguns índios preferirem o silenciamento não podemos deixar de destacar que outros

indígenas têm mostrado um grande poder de mobilização e estão reivindicando seus direitos e reafirmando suas identidades sociais e étnicas, além de resistirem bravamente ao processo de dominação. Também fica evidente que a entrevistada E1 demonstra que apesar dos estigmas impostos pela comunidade não indígena, alguns acadêmicos índios já reafirmam sua identidade étnica e tentam reconstruir o sentimento de pertencimento e o sentido de ser indígena, rompendo com o processo colonial que tanto gerou conflitos, mas que também motivou a resistência.

Resistência essa que deve ser vista como oportunidade de legitimação e afirmação de suas lutas contra os estigmas propagados nos ambientes acadêmicos, criando espaços de respeito a diversidade e pluralidade étnica. Já os quarto e quinto excertos retomam o suposto "favorecimento" dos estudantes indígenas para ingresso na universidade, recuperando, outra vez, demarcações identitárias que parecem herdadas do processo colonial.

Excerto 4:

"E2, você quer ir para o mestrado? E eu respondi: claro que sim. Aí, é bom que pra você tudo é mais fácil, já que você é índia. Ele falou: para os índios tudo é mais fácil". (E2)

Excerto 5:

"Eles falaram que eu só consegui passar porque eu fiz por cota, né, porque eu era a índia. Eu falei que eu tinha capacidade tanto quanto eles. Porque, na verdade, eles falam com a gente, né, como se a gente fosse meio que, eu sinto como se a gente fosse animal, como se a gente fosse um bicho". (E3)

Os privilégios de que os estudantes indígenas usufruem, descritos em ambos os excertos, associados à suposta "facilidade" para ingresso na universidade por meio de cotas, tanto no que se refere à graduação quanto à pós-graduação, sugere-nos certa conexão com a suposta "(in)capacidade intelectual" dos índios – materializada no excerto 4, na resposta dada pela participante indígena diante do comentário sobre sua aprovação ser decorrência do sistema de cotas para indígenas, presente na forma de ingresso de novos estudantes em muitas das universidades públicas brasileiras, em especial naquelas que se situam na região amazônica. Essa constatação de que "para os índios tudo é mais fácil" corrobora, a nosso ver, a perpetuação dos estigmas analisados no excerto

1, principalmente ao lugar de pertencimento dos indígenas e às marcas identitárias oriundas do processo colonial.

A constante ênfase na suposta facilidade para ingresso na universidade parece-nos subestimar a capacidade intelectual do índio, evidenciando, assim, a condição de inferioridade do indígena apresentada por meio do estigma do selvagem, ou, como descreve a participante no excerto 5, “eu sinto como se a gente fosse animal, como se a gente fosse um bicho”. Assim, como selvagem, como aquele que pertence à aldeia e não necessariamente à universidade, a suposta facilidade para o ingresso se justifica: “tudo é mais fácil”, pois, caso contrário, não possuiria capacidade intelectual para tal feito. Por esse viés, insistentemente mencionar essa suposta facilidade como um privilégio dos estudantes indígenas colabora também, em nosso entender, para perpetuar os estigmas e as marcas identitárias relacionadas com o “índio Nutella” e o “índio raiz”, conforme discutidas previamente, em particular aquelas vinculadas ao espaço de pertencimento e os modos de ser/estar no mundo de cada um deles. Novamente, os estudantes não indígenas julgam-se autorizados a produzir determinadas demarcações identitárias sobre os estudantes indígenas, a quem deveria lhes restar o aceite incontestado e o consequente encaixe nesses padrões pré-estabelecidos: o indígena como um “ser selvagem”, deslocado do seu lugar de pertencimento, que depende da benevolência (traduzida como “facilidade”) do poder público para alcançar um determinado status social. Conforme observamos na análise do primeiro excerto, apenas “índio Nutella” lança mão desses benefícios que a sociedade industrial-tecnológica (portanto, não indígena) pode proporcionar, principalmente ao que é considerado benesse atribuído ao acesso à educação superior dessa sociedade industrial-tecnológica.

Portanto, os termos “Original” e “Nutella” parecem nos convidar para uma análise mais cuidadosa do contexto histórico dos povos indígenas brasileiros, marcado, como os próprios termos evidenciam, pela insistência de estigmas e de marcas identitárias que continuam a difundir certas demarcações e, conseqüentemente, segregações desde o primeiro momento em que os portugueses por aqui abarcaram. A universidade pública brasileira não parece ter conseguido fugir dessas amarras estigmatizantes. Vale destacar, portanto, a validade desse tipo de debates em mais diversos espaços sociais, a exemplo das escolas e, especialmente, das universidades. Como vimos abordando ao longo deste texto, o estigma é uma construção social que depende da posição de poder privilegiada de determinado grupo social, a qual só permite estigmatizar outro grupo social que se encontra em posição de poder inferior. Assim, o debate, que os termos “Original” e “Nutella” proporcionam, precisaria centrar-se nas formas de construção dos

estigmas e das marcas identitárias, de modo a, como advoga Foucault (2012), "desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento" (FOUCAULT, 2012:14).

4. Considerações Finais

Este artigo procurou por meio de entrevistas com três indígenas de uma universidade pública brasileira analisar as marcas identitárias de estudantes indígenas, assim como, os estigmas criados por não índios. Desse modo, após análise dos excertos retirados das entrevistas evidenciou-se que "as ações indígenas no passado – e também no presente – são explicadas a partir de representações distorcidas e estigmatizantes [...]" (OLIVEIRA, 2016:7), construídas historicamente desde a época da colonização. Essas representações fortalecem a discriminação e os racismos impedindo de certa forma a consolidação de uma sociedade multicultural.

Sob esse olhar, observamos que o estigma étnico-racial está presente em todos os espaços sociais e também se faz presente no meio acadêmico, ambiente no qual deveria prevalecer o respeito a diversidade cultural, manifestou-se o preconceito e o racismo sofrido por indígenas, exteriorizados no desrespeito e na hostilidade do convívio com os não-índios nas universidades, além de se apresentarem nos discursos de ódio distorcidos da realidade e estereotipados de forma negativa.

Nesse sentido, os estigmas estão presentes nos sujeitos colocados em cena, uma vez que ficou evidente nos trechos ora analisados, que os não indígenas reproduzem as imagens depreciativas das minorias e/ou dos grupos considerados inferiores.

No que se refere as marcas identitárias notamos que as acadêmicas indígenas entrevistadas começam a desvelar e orgulhar-se de suas identidades étnicas, uma vez que já se posicionam criticamente diante dos enfrentamentos dentro do ambiente universitário, além de combaterem a invisibilidade e a subalternidade institucionalizados pelos não índios por meio dos estigmas.

Referências bibliográficas

ALVES, Júlia Falivene. *A invasão cultural norte-americana*. São Paulo: Moderna, 2004.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

NOGUEIRA, Viviane Braz. De original a Nutella: a construção de marcas identitárias e estigmatização sobre universitários indígenas. *Revista Intercâmbio*, v.XLVII: 171-186, 2021. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

BANIWA, G. S. L. *o índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista Benedetto Vecchi*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CADENA, M.; STARN, O. (2010). *Introducción*. In: CADENA, M.; STARN, O. (eds.). *Indigeneidades contemporâneas: cultura, política y globalización*. Lima: IEP/IFEA.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura)*. São Paulo, Paz e terra, 2002. Vol. 2.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução Sandra Regina Nietz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2017, 4ª edição, 2017.

GUARANY, Vilmar Martins Moura. *Desafios e perspectivas para a construção e o exercício da cidadania indígena*. In: ARAÚJO, Ana Valéria et alii. *Povos indígenas e a lei dos brancos: o direito à diferença*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

NASCIMENTO, André Marques do. "Se o Índio for Original": A Negação da Coetaneidade como Condição para uma Indianidade Autêntica na Mídia e nos Estudos da Linguagem no Brasil. Trabalho de Linguística Aplicada, Campinas, n. (57.3): 1413-1442, set./dez. 2018.

NOGUEIRA, Viviane Braz. De original a Nutella: a construção de marcas identitárias e estigmatização sobre universitários indígenas. *Revista Intercâmbio*, v.XLVII: 171-186, 2021. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SCHWARCZ, L. M. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WOODWARD, K. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, T.T. (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.